



**SNPTEE  
SEMINÁRIO NACIONAL  
DE PRODUÇÃO E  
TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA**

GIA - 14  
16 a 21 Outubro de 2005  
Curitiba - Paraná

**GRUPO XI  
GRUPO DE ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – GIA**

**COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS NO SETOR ELÉTRICO  
BRASILEIRO, DOS ANOS 80 AOS DIAS DE HOJE**

**Alessandra Kepinski\***

**ELETROBRÁS - Departamento de Meio Ambiente**

**RESUMO**

O presente informe técnico busca caracterizar as práticas de comunicação socioambiental adotadas no âmbito do setor elétrico brasileiro, identificando os marcos legais e as demais condições de contorno que influenciaram a sua evolução ao longo das últimas décadas. As ações de comunicação, associadas à implantação de alguns empreendimentos hidrelétricos, da central nuclear de Angra e de linhas de transmissão em geral, são analisadas procurando observar as boas práticas e os aspectos passíveis de aperfeiçoamento.

**PALAVRAS-CHAVE**

Setor elétrico. Comunicação. Legislação. Diretrizes. Campanhas de esclarecimento.

**1.0 - INTRODUÇÃO**

As dúvidas e inquietações causadas pela implantação de um novo empreendimento, seja na comunidade onde o mesmo será instalado, seja no público em geral, requerem uma avaliação da percepção do seu risco e de seus impactos para embasar o planejamento e a execução das ações de comunicação e de esclarecimento junto às partes interessadas. Hoje em dia, estas práticas são condição essencial para a viabilização de qualquer empreendimento do setor elétrico, mesmo que de pequeno porte, sendo exigidas tanto pela legislação quanto pela crescente conscientização do público. Entretanto, estas mesmas questões eram praticamente ignoradas, devido ao desconhecimento da sua importância ou até por serem consideradas desnecessárias, na época em que se iniciou a implantação dos grandes projetos do setor elétrico nacional, nos anos 70.

No âmbito do setor, as primeiras ações de comunicação datam do início da década de 80, ainda que sendo desenvolvidas de forma bastante incipiente na maioria desses empreendimentos. Já na década de 90, com o aprofundamento das exigências impostas pela legislação ambiental e, também, face ao crescente grau de conscientização das comunidades e do público em geral, o processo de comunicação socioambiental ganha importância e tende a deixar de ser uma atitude defensiva, passando a ser realizado de forma proativa.

Os mecanismos de interação do setor elétrico com a sociedade foram inicialmente delineados em documentos da Eletrobrás e detalhados no âmbito do Comitê de Meio Ambiente do Setor Elétrico - COMASE. Mais recentemente, face aos requisitos impostos pela legislação e a implementação de ações de responsabilidade social voltadas à busca do desenvolvimento sustentável nas comunidades envolvidas, vem se observando certa tendência a associar os projetos de educação ambiental aos programas de comunicação social. Nesse contexto, cada vez mais diversificado pela presença das concessionárias privatizadas, o presente IT busca estabelecer as condições de contorno que influenciaram a evolução das práticas de comunicação socioambiental no setor elétrico brasileiro, tomando por base ações desenvolvidas na implantação de alguns empreendimentos, sem pretender, em hipótese alguma, esgotar o tema, que é extenso e abrangente e que se presta a diversos olhares.

\*Praia do Flamengo,66 - Bloco A/ 5º andar - CEP 22210-903 – Rio de Janeiro-RJ - BRASIL  
Tel.: (021) 2414-5662 - Fax: (021) 2514-5829 - e-mail: alekepi@eletrobras.com

## 2.0 - EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO – CONTEXTO HISTÓRICO

A evolução dos processos de comunicação e informação do público ao longo das últimas décadas, vista no contexto dos processos políticos, industriais e demais aspectos que influenciaram ou vieram a modificar o comportamento dos diversos atores envolvidos, pode ser praticamente segmentada em quatro fases distintas, cada qual caracterizada por posturas bastante específicas em relação às questões socioambientais e às práticas de comunicação com o público. A partir do final da década de 60 e nos anos 70, o país viveu uma era de grande crescimento industrial, com um rápido aumento da demanda de energia. A disponibilidade de recursos para os grandes empreendimentos trouxe consigo o desenvolvimento tecnológico, o início da informatização e o apoio à pesquisa científica, alavancando o mercado de trabalho. Nestas circunstâncias, o processo de industrialização, aí incluída a geração de eletricidade, era percebido pela sociedade como altamente desejável, sem que houvesse qualquer conscientização sobre os possíveis riscos e impactos ambientais resultantes da implantação desses empreendimentos e não havendo, por outro lado, margem para questionamentos ou manifestações contrárias, devido à vigência do regime militar. Nesta fase, a percepção da sociedade quanto ao tratamento das questões ambientais pela indústria, pode ser caracterizada pela postura do **“Acredite em mim”**, assumida pelo governo e pelas grandes empresas, praticamente sem qualquer oposição por parte da sociedade (Maroun, 2002).

Nos anos 80 ocorrem as primeiras mudanças, propiciadas tanto pela disseminação da preocupação mundial, nascida na década anterior, com as questões ambientais, pela atuação de diversas ONG's, cujas ações passam a ganhar destaque na mídia e pela promulgação de Leis e Resoluções específicas na área ambiental, quanto pela abertura do regime político e pelo início da crise econômica, que resultou na paralisação dos grandes empreendimentos do governo federal, incluindo algumas hidrelétricas e as usinas nucleares Angra 2 e 3. Esta nova fase pode ser caracterizada pelo **“Diga-me”**, quando a sociedade busca ficar mais informada e diversos segmentos passam a se pronunciar com maior liberdade, questionando, no caso da energia nuclear, tanto o Programa Nuclear Brasileiro (PNB) como um todo, face à sua amplitude, quanto a segurança das suas instalações, devido a problemas em alguns dos equipamentos de Angra 1 e nas fundações de Angra 2 e, principalmente, pela ocorrência dos acidentes de Chernobyl (1986) e de Goiânia (1987).

A década de 90 pode ser vista como a fase do **“Mostre-me”**, onde não basta mais simplesmente dizer aquilo que a sociedade deseja ouvir, mas é preciso demonstrar que de fato algo está sendo feito. O indivíduo do público deixa de ser um mero ouvinte e passa a exercer a sua cidadania envolvendo-se e participando dos processos que o afetam e as empresas passam a perceber a real importância das ações socioambientais e da comunicação com o público, tratando-as não mais como uma obrigação ou imposição legal, mas como uma ação desejável e uma ferramenta essencial para a implantação dos seus empreendimentos. Este processo, cuja evolução se deu de forma bastante acelerada ao longo dos anos a de 90, chega à década atual firmemente caracterizado por essa nova postura, que poderíamos definir como **“Quero Participar”**, onde as empresas, tanto públicas quanto privadas, passam a exercer plenamente a sua responsabilidade social e onde a comunicação passa a ser efetivamente uma via de mão dupla, possibilitando às comunidades opinar efetivamente sobre questões relacionadas à implantação dos empreendimentos e os programas de educação ambiental buscam estabelecer condições para o desenvolvimento sustentável.

## 3.0 - MARCO LEGAL

### 3.1 - Legislação ambiental, com ênfase na informação e esclarecimento do público

- Lei Nº 6.938, de 31.08.1981 – instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, posteriormente regulamentado pelo Decreto 99.274, de 06.06.1990;
- Lei Nº 7.347, de 1985 – disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente e conferiu legitimidade ao MP para propor ações e exercer funções de fiscalização da lei (isto é, abriu caminho para a participação direta da sociedade na fiscalização e na tomada de decisões sobre o meio ambiente);
- Resolução CONAMA 001, de 23.01.1986 – estabeleceu, dentre outros, os critérios para elaboração do EIA e do RIMA, enfatizando a clareza da linguagem e a disponibilização deste último para conhecimento público;
- Resolução CONAMA 006, de 16.09.87 – dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de grande porte, em particular aquelas destinadas à geração de energia elétrica, reiterando a acessibilidade do RIMA e a sua função no esclarecimento do público sobre as vantagens e conseqüências ambientais do empreendimento;
- Resolução CONAMA 009, de 03.12.87 – dispõe sobre a realização de audiências públicas, visando informar os interessados sobre o empreendimento, dirimir suas dúvidas e recolher críticas e sugestões;
- Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, Art. 225, § 1º, Inciso IV – “... estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” e Inciso VI – “promover a educação ambiental ... e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”;
- Decreto Nº 99.274, de 06.06.1990 – Regulamentou a Lei 6.938, de 31.08.1981 (PNMA) e, em seu Art. 14, inciso I, refere-se à atuação dos órgãos do SISNAMA, observando “o acesso da opinião pública às

informações relativas às agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA”.

- Lei Nº 9.795, de 27.04.1999 – instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

### 3.2 - Diretrizes da Eletrobrás

O Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico – COMASE, constituído em 1988, criou, já em sua primeira estrutura, o GT-Comunicação, que produziu, no ano seguinte, o texto “Relacionamento Setor Elétrico e Sociedade: Importância da Comunicação”, parcialmente incorporado na forma de diretrizes gerais ao Plano Diretor de Meio Ambiente 1991/1993 – II PDMA. O Plano, publicado em 1990, constatou o crescente interesse de diferentes segmentos da sociedade civil quanto ao Setor, cuja freqüência e intensidade dos questionamentos e das contestações indicaram a necessidade de uma série de ações visando esclarecer fatos relativos não somente aos planos e programas setoriais, como também sobre a seqüência dos estudos e procedimentos que levam à decisão de se construir determinadas obras.

Com este fim, foram emitidos inicialmente três documentos básicos – o plano de expansão setorial de longo prazo (Plano 2010), o Plano Diretor de Meio Ambiente (PDMA) e o Manual de Estudos de Efeitos Ambientais. Além desses, foi promovida a elaboração, coordenada pela Eletrobrás, de uma série de estudos temáticos abrangendo aspectos vinculados ao remanejamento de populações, à conservação e recuperação da flora e da fauna, à inserção regional de usinas hidrelétricas, ao relacionamento com as populações indígenas, etc. A publicação desses estudos e das diretrizes e recomendações deles decorrentes contribuiu significativamente para a abertura do Setor Elétrico à sociedade. Por sua vez, a Câmara Técnica do COMASE formou um Grupo de Trabalho para propor instrumentos visando um melhor relacionamento entre o setor e a sociedade, cujo relatório “Processos de Interação do Setor Elétrico com a Sociedade” foi publicado pela Eletrobrás em 1994 (Nutti, 1995).

Em suas Diretrizes Gerais, ao tratar da Comunicação Social, o II PDMA estabelece que:

- A comunicação social deve ter por objetivo *habilitar os atores sociais a uma participação efetiva* no processo de discussão e negociação de planos setoriais e projetos específicos;
- O processo de comunicação deve *revelar aos segmentos envolvidos as prioridades* definidas pelo setor Elétrico, as *alternativas* contempladas e os *custos* efetivamente envolvidos no suprimento de energia elétrica; este processo deve ser implementado em dois níveis distintos:
  - no *âmbito setorial*, a partir da Eletrobrás, visando informar a sociedade sobre o funcionamento do setor, seu plano de expansão, condicionantes e repercussões socioambientais, etc, explicitando os programas de ação estabelecidos para o tratamento das questões decorrentes;
  - no *âmbito de cada concessionária*, informando a sociedade local sobre a relevância de empreendimentos específicos, suas implicações, programas previstos, cronogramas de implantação, etc;
- Devem ser estabelecidas referências gerais para a atuação do Setor Elétrico, quer quanto às modalidades de ação, quer quanto aos tipos de público envolvido, consubstanciando *Planos de Comunicação Social* ao nível do Setor e de cada concessionária, para o conjunto de empreendimentos a seu cargo;
- Devem ser definidas *estratégias de comunicação social* no âmbito de cada empresa, explicitando suas finalidades e abrangência e assegurando o envolvimento de todos os níveis hierárquicos e áreas que tenham relação com o empreendimento.

### 3.3 - Legislação específica da área nuclear

A comunicação da área nuclear é regida por norma específica, parte integrante da legislação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON, instituído pelo Decreto-Lei Nº 1.809, de 07.10.80 e regulamentado pelo Decreto Nº 85.565, de 18.12.80 que, em seu Art. 22, determina o estabelecimento de Normas Gerais (NG's) para as situações de emergência. Consoante essa disposição, a NG-05 – “Norma Geral para o Estabelecimento das Campanhas de Esclarecimento da Opinião Pública”, elaborada com o objetivo de superar as deficiências na informação do público percebidas por ocasião do acidente na usina de Three Mile Island (EUA, 1979), estabelece diretrizes para a “*elaboração de campanhas de esclarecimento quanto às medidas de proteção, em especial relacionadas ao meio ambiente e à vida humana, a serem observadas nas atividades ligadas à produção de energia nuclear*”.

De acordo com a NG-05, as campanhas de esclarecimento podem ter caráter local, regional ou nacional, conforme sejam desencadeadas na área da instalação nuclear, na região circunvizinha à mesma ou em todo o território nacional, devendo ser realizados dois tipos de campanhas:

- *de esclarecimento prévio* – destinadas a orientar a população em assuntos de natureza geral sobre a utilização da energia nuclear, sobre os planejamentos e medidas de proteção ao meio ambiente e à vida humana nas áreas vizinhas às instalações nucleares, bem como sobre os procedimentos a serem adotados em caso de acidente naquelas instalações;
- *de esclarecimento emergencial* – destinadas a esclarecer a opinião pública e orientar as populações das áreas afetadas ou que possam ser afetadas, na eventualidade de um acidente.

O Decreto regulamentador e a NG-05 foram periodicamente revisados, visando aperfeiçoar os procedimentos e adaptá-los à evolução do Programa Nuclear Brasileiro, inclusive no que diz respeito às responsabilidades e atribuições dos órgãos envolvidos no planejamento de emergência e ao seu papel na comunicação e informação do público. As versões vigentes são, respectivamente, o Decreto N° 2.210, de 22.04.97 e a Portaria SAE/PR N°150, de 11.12.97, cujas disposições são atendidas pelos órgãos e instituições envolvidas conforme segue:

Órgão Regulador (*Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN*):

- Representa o interesse público, buscando assegurar ao cidadão o direito de ser informado a tempo, de modo objetivo e imparcial;
- É responsável pela coordenação do CIEN – Centro de Informações de Emergência Nuclear, em Angra dos Reis e realiza e/ou presta apoio às campanhas de esclarecimento da população.
- Promove cursos, treinamentos e palestras, voltados a segmentos específicos (professores, médicos e agentes de saúde, equipes da Defesa Civil, etc), com o objetivo de capacitá-los a atuar em situações de emergência radiológica e nuclear.

Operador da Instalação (Furnas, até julho de 1997 e, desde então, a Eletronuclear):

- Tem o dever de prestar informações gerais sobre o funcionamento, segurança, aspectos ambientais, etc, das usinas nucleares;
- Este trabalho é realizado através de iniciativas diversas como apresentação de palestras para estudantes e entidades da sociedade civil, distribuição de materiais informativos (folhetos e vídeos), disponibilização de informações através de *site* na Internet, bem como, de dois Centros de Informações, sendo um localizado na Praia de Itaorna, junto à central nuclear e outro, na cidade de Angra dos Reis.
- Através de campanhas específicas, apoia a Defesa Civil nas atividades de esclarecimento do Plano de Emergência e das ações de proteção da população.

Indústria Nuclear (*ABEN, ABDAN, LAS/ANS, em parceria com empresas públicas e privadas do setor*):

- Através de iniciativas diversas, estas associações divulgam informações e esclarecimentos buscando ampliar a aceitação pública do uso da energia nuclear para geração de energia elétrica.

#### 4.0 - AÇÕES DE COMUNICAÇÃO RELACIONADAS À CENTRAL NUCLEAR DE ANGRA

As primeiras campanhas de esclarecimento da população na região de Angra dos Reis datam do início dos anos 80, promovidas em função da proximidade da entrada em operação de Angra 1 (abril,1982). No final da década, os programas de comunicação foram bastante ampliados – as visitas à usina passam a ser incentivadas, organizando-se grupos específicos para professores, alunos e pessoas interessadas da comunidade. Em 1991 foi realizado o último exercício simulado de emergência sob a coordenação do Exército (Kepinski, 2003) e, a partir de 1992, de acordo com o Decreto N° 623, de 04.08.92, que alterou a regulamentação do SIPRON, o planejamento de emergência passou a ser coordenado pela Secretaria Especial de Defesa Civil, do Ministério da Ação Social. Em 1994, com um considerável apoio logístico da operadora Furnas Centrais Elétricas, foram inaugurados dois destacamentos do Corpo de Bombeiros, situados a leste e a oeste da usina, visando dar maior confiabilidade à operacionalização do plano de emergência e foi introduzida uma significativa mudança na sistemática de notificação da população em caso de acidente, divulgada através de uma ampla campanha de esclarecimento.

Nessa mesma época, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, antes manifestamente contrária à usina nuclear e alheia ao processo (Souza, 1990), passa a participar do planejamento de emergência colocando diversas exigências aos órgãos do SIPRON e ao operador da usina, cujo atendimento se traduz em relevantes benefícios para a comunidade. Desde então, as campanhas de esclarecimento e os exercícios simulados do plano de emergência passaram a ser realizados periodicamente, informando e envolvendo efetivamente a população local, inclusive através do treinamento de voluntários e de multiplicadores da informação. A construção de Angra 2, iniciada em 1976, desenvolveu-se em ritmo bastante lento, ficando praticamente paralisada a partir do início dos anos 80. No início da década de 90, quando a sua conclusão passou a ser vista como prioritária face às previsões de uma futura crise energética, o setor nuclear brasileiro mobilizou-se com o objetivo de esclarecer a opinião pública e obter o apoio necessário à retomada das obras, promovendo uma campanha de esclarecimento sem precedentes, dirigida aos mais diversos segmentos da sociedade civil – parlamentares, jornalistas, associações de classe, lideranças comunitárias, etc. A conclusão de Angra 2 foi viabilizada pelo Congresso Nacional através de um Decreto Legislativo em dezembro de 1994.

Em 1995, um novo Centro de Informações foi aberto na cidade de Angra dos Reis, complementando o já existente nas proximidades da Central Nuclear, que recebe atualmente um total de 15 mil visitantes por ano. Em 1998 foi realizado um amplo trabalho de esclarecimento prévio em preparação às audiências públicas integrantes do processo de licenciamento ambiental de Angra 2, constituído pela apresentação de palestras sobre o empreendimento e respectivo EIA/RIMA, voltadas a segmentos específicos da sociedade civil e da comunidade

local, estas últimas realizadas em escolas, associações de moradores, igrejas, etc. Foram realizadas duas audiências, que contaram com um total de mais de mil participantes. Seguindo o mesmo procedimento, no final de 2003 foi promovida uma campanha de esclarecimento sobre a ampliação do Depósito Intermediário de Rejeitos Radioativos, cuja audiência pública teve lugar em janeiro de 2004. Ainda em 1998, pela primeira vez a campanha de esclarecimento do plano de emergência atingiu a comunidade dos índios guaranis residentes nas proximidades da central nuclear, incluindo distribuição de cartilha escrita em tupi-guarani. Desde então passou também a ser distribuído para população um calendário (anualmente, 40 mil exemplares) contendo informações sobre o plano de emergência que, associado aos testes periódicos do sistema de sirenes, trouxe um caráter permanente ao trabalho de esclarecimento da população.

## 5.0 - IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

As primeiras experiências de interação das empresas de energia elétrica com as comunidades datam da década de 60. Nesse contexto não há como explicitar “ações de comunicação” específicas – o contato com a população era feito por representantes da área de patrimônio imobiliário, visando agilizar a desocupação das terras (Cabral, Azevedo, 2004). De acordo com esta mesma fonte, a experiência de reassentamento de população relacionada à construção da hidrelétrica de Boa Esperança (fronteira MA/PI, 1964 – 1970), *“representou um considerável avanço social na época. Além de indenizar os proprietários, o reassentamento contemplou a população rural mediante contratos de arrendamento e foram implantados programas de educação e saúde, acompanhados por sociólogos encarregados de abrir canais de diálogo com a população”*.

Construída na mesma época, a hidrelétrica de Passo Real (RS) tornou-se um exemplo oposto ao de Boa Esperança, vindo a influenciar, muitos anos depois, a mobilização dos colonos da bacia do rio Uruguai (Itá e Machadinho), com reflexos até os dias de hoje. Em 1967, a CEEE fez um convênio com o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra) para o remanejamento da população atingida, porém o censo não considerou os posseiros que ocupavam essas terras. Além disso, *“espalhou-se pela região o boato de que os reassentamentos do Ibra eram campos de trabalhos forçados e, sem informações tanto do Ibra como da CEEE, os agricultores não se sentiram seguros”*. Com a proximidade do alagamento, aumentou a procura pelos reassentamentos e o número de pessoas inscritas já não correspondia aos levantamentos anteriores. O litígio perdurou até os anos 80 e a fazenda Annoni, já então ocupada por agricultores de outras partes do estado, tornou-se um marco da atuação do então emergente Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (Cabral, Azevedo, 2004).

A construção da hidrelétrica de Itaipu foi iniciada em 1975 e o enchimento do reservatório (1982/83), exigiu o remanejamento de 40 mil pessoas e alagou parte da área ocupada pelos índios Avá-guaranis. Nessa ocasião, ganharam espaço na imprensa críticas às conseqüências ambientais do empreendimento, com reportagens alertando para problemas de ordem técnica, como erosão e assoreamento do reservatório porém, para o grande público, o impacto mais notório foi o desaparecimento do Salto de Sete Quedas. Por outro lado, para as populações dos municípios atingidos, o mais importante efeito da construção da usina foi a organização de um movimento de contestação, que recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujos religiosos, impressionados com as queixas dos agricultores sobre os baixos valores das indenizações, a falta de informação sobre o que aconteceria e a desestruturação de cidades e pequenos povoados, procuraram Itaipu para discutir o problema. As dificuldades de negociação com a empresa resultaram numa grande mobilização dos agricultores, que gerou as sementes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do já citado MST (Cabral, 2004).

Com a passagem do tempo, houve certamente uma evolução na percepção da importância das práticas de comunicação, conforme atestado pela implementação, em 1994, do programa “Rotinas de Comunicação Socioambiental e Acompanhamento das Áreas Atingidas”, concebido para mitigar os impactos resultantes do enchimento do reservatório da UHE Xingo. Destinado a informar a população ribeirinha do trecho a jusante e ser a referência, no local, para a divulgação das informações junto à mídia, o programa obteve resultados positivos, destacando-se a não ocorrência de doenças de veiculação hídrica, de acidentes com vidas humanas e embarcações e de pesca predatória em larga escala (Ribeiro, 1995). Entretanto, em contrapartida, no caso da UHE Dona Francisca, que teve seu reservatório formado em novembro de 2000, constatou-se que *“muitos problemas foram originados pela inexistência de um programa de comunicação social intenso e abrangente, o que deu oportunidade a que surgissem distorções nas informações e um conhecimento superficial por parte dos atingidos de todas as negociações havidas e dos direitos conquistados”* (Leão, 2001).

Os casos aqui citados exemplificam como a falta de um Plano de Comunicação contribuiu para aumentar as dificuldades inerentes à construção das hidrelétricas, tanto no relacionamento com as comunidades atingidas quanto na divulgação de informações para o grande público através da mídia. A propósito, um exemplo interessante de informação insuficiente e de sua manipulação pela mídia é o caso de Tucuruí, onde por ocasião do enchimento do reservatório, em 1984, sem que as árvores fossem retiradas, houve quem previsse que *“as águas dos rios que banham Belém ficariam salinizadas porque o Oceano Atlântico teria espaços para ampliar sua força rumo ao continente em conseqüência da menor vazão do Rio Tocantins por causa da barragem”* e que

haveria, no futuro, “*um desastre ambiental por causa da decomposição das árvores e emissão de gases ... que destruiriam as turbinas, a fauna e a flora*” (Brasiliense, 2004). Algumas destas mesmas informações voltaram a ser veiculadas 20 anos depois (Rohter, 2004), embora diversos estudos e a própria experiência operacional da usina demonstrem claramente que nenhuma dessas afirmativas é verdadeira.

## 6.0 - AÇÕES DE COMUNICAÇÃO RELACIONADAS ÀS LINHAS DE TRANSMISSÃO

Os questionamentos do público em geral são relacionados, na sua maioria, à influência de campos elétricos e magnéticos sobre a saúde humana, devido à divulgação de estudos ainda incompletos ou inconclusivos, mas que alardeavam risco de doenças graves, criando uma onda crescente de preocupação. Posteriormente, estudos realizados na Europa na década de 90 mostraram não haver associação de causa e efeito entre linhas de transmissão e enfermidades (Sobral, 2001), porém este conhecimento ainda está praticamente restrito ao setor.

Quanto à população residente nas proximidades de linhas de transmissão e subestações, observa-se que, de modo geral, a partir da década de 90 as empresas responsáveis pela implantação e operação dessas instalações têm buscado esclarecer as comunidades, tanto rurais quanto urbanas, localizadas no seu entorno, implementando programas de comunicação social e de educação ambiental (Pacetta, 2001; Souza, 2004).

## 7.0 - SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNICAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO

Em 1993, num trabalho pioneiro sobre a comunicação socioambiental no setor, Ribeiro apontava, dentre outros, a necessidade de “*instituir grupos multidisciplinares para o gerenciamento da comunicação nos projetos*” e, ainda, que “*falta no Setor Elétrico a capacitação necessária para tratar a comunicação socioambiental*”. Desde então, as empresas ampliaram bastante sua experiência no trato dessas questões e, embora ainda falte muitas vezes um maior entrosamento entre suas equipes de meio ambiente e de comunicação social, isto é, enquanto as primeiras gerenciam projetos de comunicação “no campo” (esclarecimento, educação ambiental) com o apoio de consultores externos e as últimas continuam voltadas para o *marketing* institucional, valendo-se das ações socioambientais como instrumentos para promover a imagem corporativa, observa-se que mais recentemente passou a haver uma certa integração dos trabalhos.

No âmbito do Grupo Eletrobrás, a reestruturação do setor elétrico promovida ao longo da década de 90, com a privatização de algumas empresas e restrições impostas pelo Governo Federal ao investimento na construção de novas usinas, ocasionou uma certa perda de continuidade na implementação das diretrizes do II PDMA. Na segunda metade da década foram produzidos, sob a coordenação da Eletrobrás, com a participação do DNAEE e por solicitação deste, manuais visando preparar a entrada dos atores privados no setor, bem como subsidiar o atendimento à nova regulamentação da ANEEL. Estes manuais abrangem os Estudos de Viabilidade e o Projeto Básico de usinas hidrelétricas, de pequenas centrais, de térmicas e de sistemas de transmissão e incluem, como um dos seus requisitos, a elaboração de Planos de Comunicação.

A potencial ameaça representada pelo “Bug 2000” para a sociedade industrial-tecnológica, consubstanciada na preocupação do Governo Federal com a possibilidade de um colapso no abastecimento de energia elétrica, levou ao estabelecimento de procedimentos específicos para as diversas áreas envolvidas. O atendimento às diretrizes emanadas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) levou as empresas do Grupo Eletrobrás a preparar Planos de Contingência e Programas de Comunicação que, além da sua divulgação interna, foram apresentados ao público do setor por ocasião do XV SNPTEE, em outubro de 1999, em Foz do Iguaçu. A realização desse evento contou com o apoio das respectivas Assessorias de Comunicação sendo promovido, na ocasião, um encontro daqueles profissionais onde foi identificada, pela primeira vez, a necessidade de uma maior integração entre as diversas Assessorias.

Em 2001, Furnas promoveu o I ECOM – Encontro de Comunicação e Marketing do Setor Elétrico, cujos participantes, ainda que exclusivamente ligados às Assessorias de Comunicação, ao apresentarem os respectivos Programas de Comunicação, colocaram em pauta a divulgação dos aspectos ambientais de seus empreendimentos. Esta discussão se ampliou e aprofundou no II ECOM, promovido pela Eletronorte em 2002, onde tomaram parte alguns representantes das áreas de meio ambiente das empresas. Por outro lado, em 2003 foi realizado o I Seminário de Educação Ambiental da Chesf e, em 2004, o I Seminário de Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico, ambos em Recife, onde as questões de educação e comunicação socioambiental, responsabilidade social e inserção regional foram amplamente discutidas, porém cujo público praticamente não contou com representantes das Assessorias de Comunicação. Neste último encontro, uma avaliação do conjunto de trabalhos apresentados mostrou que o distanciamento entre as áreas de meio ambiente e de comunicação social é maior nas empresas públicas do que nas privadas, em algumas das quais já existe uma boa integração e um trabalho conjunto das equipes.

No que diz respeito às informações gerais sobre a produção da eletricidade, a queda no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e as conseqüentes restrições impostas pelo Governo Federal ao consumo de energia no segundo semestre de 2001, exaustivamente divulgadas e discutidas ao longo de vários meses em todos os meios de comunicação, contribuíram em muito para aumentar o grau de informação e conscientização do grande público sobre a geração de energia elétrica. Entretanto, passado o momento da crise, essa questão foi praticamente esquecida, voltando porém à tona mais recentemente, quando se menciona a possível retomada da construção de Angra 3 ou a utilização das fontes alternativas, como o biodiesel e os projetos compreendidos no âmbito do PROINFA. Entretanto, esta divulgação não é mérito do setor elétrico em si – apesar de alguns esforços, é, principalmente, uma resposta dos meios de comunicação à demanda de informações por parte da sociedade.

## 8.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surgiu da constatação de que, embora uma série de ações de comunicação social e ambiental viesse sendo desenvolvida ao longo do tempo, tanto pelas empresas do Grupo Eletrobrás quanto pelas empresas privadas, em relação aos empreendimentos do setor elétrico, não existia qualquer sistematização do conhecimento sobre estas práticas. Por outro lado, a abrangência e a importância destas ações vem se tornando cada vez maior, seja na forma de iniciativas de esclarecimento e informação de caráter voluntário, seja na forma de ações realizadas em atendimento aos requisitos legais ou aos questionamentos da própria sociedade. Constatou-se ainda que, de modo geral, estas ações são direcionadas a empreendimentos específicos e não permeiam a sociedade como um todo, cujo desconhecimento ficou claramente evidenciado durante as discussões sobre o tema “Energia”, por ocasião da Conferência Nacional do Meio Ambiente, em novembro de 2003.

Conforme visto ao longo do IT, o material pesquisado permitiu identificar uma evolução consistente das práticas de comunicação ainda que, em certos casos, os empreendimentos tenham obtido a aceitação da comunidade em função de benefícios resultantes da implementação de ações de mitigação e compensação ambiental, mais do que pelas ações de comunicação em si. Por sua vez, observa-se que estas últimas tornam-se algumas vezes simples ferramentas de divulgação daqueles mesmos benefícios ou de outras ações praticadas no âmbito dos programas de responsabilidade social, sem oferecer maiores esclarecimentos quanto à geração da energia elétrica e sobre a sua importância para o desenvolvimento do país.

Por outro lado, é certo que cresce o número de boas práticas no setor, as quais devem ser identificadas e divulgadas num processo de troca de experiências entre as empresas visando a sua disseminação, resguardadas, é claro, as características de cada empresa e as peculiaridades regionais dos ambientes onde atuam. Além disso, os aspectos conceituais, estabelecidos no II PDMA e detalhados no relatório produzido pelo GT-MIS do COMASE, devem ser internalizados no âmbito das empresas, servindo de referência para a elaboração de políticas de comunicação socioambiental efetivas, caracterizadas pelos princípios da transparência, clareza e credibilidade das suas mensagens e pela adequação dos formatos, linguagem e meios de comunicação, de modo que seja estabelecido um diálogo permanente e efetivo com a sociedade. Finalmente, não é demais reiterar a necessidade de uma estreita cooperação entre as áreas de meio ambiente e de comunicação social nas empresas, pois a boa integração e o trabalho conjunto dessas equipes certamente conduzirão a resultados mais eficazes no processo da comunicação socioambiental do setor elétrico brasileiro.

## 9.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASILIENSE, R. A última de Larry Rohter, [www.amazonpress.com.br/meio\\_ambiente/amb22092004.htm](http://www.amazonpress.com.br/meio_ambiente/amb22092004.htm).
- (2) CABRAL, L. M. e AZEVEDO, E. Meio ambiente e setor elétrico no Brasil – Centro da Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, Fevereiro 2004 (versão preliminar).
- (3) ELETROBRÁS. Legislação Ambiental de Interesse do Setor Elétrico – Revisão, Maio 2003.
- (4) ELETROBRÁS. Plano Diretor de Meio Ambiente 1991/1993 – Rio de Janeiro, RJ, 1990.
- (5) ELETROBRÁS /COMASE/ GT-MIS. Processos de Interação do Setor Elétrico Brasileiro com a Sociedade. Rio de Janeiro, RJ, Novembro 1994.
- (6) KEPINSKI, A. Percepção e Comunicação de Riscos - Estudo de Caso: A Central Nuclear de Angra. Monografia, MBA em Gestão Ambiental, FGV-RJ, Abril 2003.
- (7) LEÃO, L. A. et al. Experiência com implantação de programas socioambientais na UHE Dona Francisca. XVI SNPTEE, IT GIA/020, Campinas, SP, 2001.
- (8) MAROUN, C. A. Considerações sobre a Gestão Ambiental. Palestra apresentada na FGV, RJ, em 5.03.2002.
- (9) NUTTI, M. R. Processos de interação do Setor Elétrico com a sociedade. XIII SNPTEE, IT GIA/14, Florianópolis, SC, 1995.

- (10) PACETTA, E. Uma proposta de “escopo” para o programa de comunicação social: uma experiência pioneira na LT São José-Magé. XVI SNPTEE, IT GIA/031, Campinas, SP, 2001.
- (11) RIBEIRO, V. M. Comunicação socioambiental e viabilidade política de empreendimentos do Setor Elétrico. XII SNPTEE, IT GIA/06, Recife, PE, 1993.
- (12) RIBEIRO, V. M. et al. Rotinas de comunicação socioambiental e acompanhamento das áreas atingidas. XIII SNPTEE, IT GIA/15, Florianópolis, SC, 1995.
- (13) ROHTER, L. Floresta submersa ameaça hidrelétrica de Tucuruí. The New York Times, USA, 07.09.2004.
- (14) SOBRAL, S. T. et al. Interação das concessionárias de energia com comunidades vizinhas a linhas de transmissão - Sumário da experiência da Light. XVI SNPTEE, IT GIA/025, Campinas, SP, 2001.
- (15) SOUZA Jr., M. D. Planejamento de Emergência para Catástrofes Tecnológicas: o Caso da Central Nuclear de Angra dos Reis. Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, 1990.
- (16) SOUZA, S. A. et al. Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social da interligação elétrica Rondônia-Acre. Seminário de Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Setor Elétrico. Recife, PE, 2004.